



A FUNDAÇÃO ESTÁ FELIZ COM A ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO

**“Todos os objetivos desenhados no início foram atingidos”, declara o presidente da FGV.
“Numa visão de futuro, queremos agora é aumentar os desafios e partir para novas empreitadas”**

Por Carlos Ivan Simonsen Leal
Foto Ivone Perez

Tudo o que faço como presidente da Fundação Getúlio Vargas tem de estar ligado à missão da instituição, conforme definida por seus fundadores e continuamente explicada por seu primeiro presidente, Luiz Simões Lopes, e também pelo segundo presidente, Jorge Oscar de Mello Flôres, e pelos participantes do conselho diretor e assembleias gerais. Vou resumir o que é algo muito grande em uma única frase: “A missão da Fundação Getúlio Vargas é estimular o desenvolvimento nacional”. Na boca de outras instituições, isso pode até parecer uma platitude. No caso da FGV, ela já deu inúmeras vezes prova de que consegue fazer isso. Por outro lado, falar que a missão da Fundação é estimular o desenvolvimento nacional é coisa vaga. Por quê? Porque posso estimular o desenvolvimento nacional de “ene” formas diferentes. Mas a Fundação tem um foco muito bem definido para realizar isso. Qual é? É ser uma grande geradora e difusora de informações e de ideias, formadora de uma elite intelectual com uma visão brasileira, ou seja, nacional, focada nos interesses nacionais. Uma elite que tem de estar preparada para interagir com o mundo todo, podendo levar o país adiante. Por uma série de razões, a Fundação fez primeiro vários movimentos, ao longo de sua história, na direção de ensino de graduação, e depois recuou. O que fora criado na década de 1950 foi depois aban-

donado na década de 1980. Foi o caso, por exemplo, do curso de graduação da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE), no Rio de Janeiro, com um maior apoio e cuidado com o curso de graduação aqui em São Paulo. O que fiz foi de certa forma recuperar essas iniciativas e incentivar a criação de novos cursos.

Mas fazer isso de novo, repetir a mesma experiência bem-sucedida do passado não me pareceu ser o adequado. Tínhamos que fazer isso, sim, recuperar o que fora descuidado, mas complementar e buscar um passo adiante. Tínhamos várias pós-graduações de excelente qualidade, material humano de primeiríssima e estávamos patinando numa posição de semente que produz semente que produz semente, mas sem nunca fazer a grande colheita. Por isso pensei, e consegui convencer o nosso conselho diretor, de que, com a melhoria da condição financeira da instituição, deveríamos assumir uma postura mais arrojada e recuperar esse movimento, no sentido de ter graduações de excelência e formadores de uma elite nacional. Ser uma matriz formadora de ideias e difusora de conhecimento. Esse foi o ponto de partida.

Por que digo tomar uma posição mais arrojada? Quando a Fundação nasceu e até meados da década de 1970 e início de 1980, seu sustento vinha de verbas governamentais. Mas, com a crise fiscal do Brasil naquele período, essas verbas

minguaram e depois praticamente acabaram. Em um determinado período, aqui em São Paulo, a EAESP teve de passar a cobrar mensalidades por seus cursos de graduação, subir o valor da mensalidade e se dedicar a uma série de outras atividades para se sustentar. Não estou falando que essas outras atividades fossem ruins, pois não eram. E lutar pelo pão de cada dia também não é ruim. O que aconteceu foi uma mudança de paradigma. E essa mudança começou um pouco mais cedo em São Paulo e depois se alastrou para o Rio de Janeiro, num processo que levou mais ou menos uns quinze anos. E em um determinado momento já se haviam ampliadas as fontes de recursos com a prestação de serviços, tanto na área educacional como na área de assessoria técnica. Mas tínhamos uma necessidade imperiosa, que era continuar cumprindo cada vez melhor nossa missão e subir nosso padrão de qualidade. Para esse segundo aspecto, e só estou mencionando isso agora, era necessário começar uma atividade que fosse realmente inovadora.

Criar um novo patamar de inovação

As nossas escolas já existentes – fossem elas a de graduação em São Paulo ou de pós-graduação no Rio e em São Paulo – tinham cristalizado dentro de si uma série de costumes e hábitos que vinham do passado, até refletiam uma história de grande sucesso, mas que não eram,

necessariamente, o modelo do futuro. Então à conveniência de assumir uma postura arrojada, de se voltar mais para a graduação, se somava também outra conveniência, que era, partindo do zero, criar um novo standard de qualidade. Um novo paradigma dentro de uma área não dominada, porém estatutariamente incluída nos objetivos da Fundação, dentro da macro área descrita em seus estatutos, que é o de atuar basicamente na área das ciências sociais aplicadas. E nisso o Direito e a Economia se incluíam perfeitamente. E eu tinha, aqui em São Paulo, a pessoa adequada, que me parecia correta, para montar um time para tocar essa nova empreitada. Porém tinha de convencer essa pessoa a aceitar o desafio de implantar esse projeto.

Não digo que foi fácil ou difícil essa tarefa: o professor Ary Oswaldo Mattos Filho é um dos mais firmes e mais dedicados professores brasileiros que conheço. É um homem do qual a Fundação Getúlio Vargas tem que ter profundo orgulho. Toda a sua carreira de professor na EAESP e sua passagem pelo serviço público são de deixar qualquer presidente da Fundação orgulhoso. Muito bem-sucedido no campo profissional, sócio em um dos escritórios de maior sucesso no Brasil. Mas eu tinha de pedir a ele uma coisa a mais. Que deixasse tudo aquilo para aceitar o desafio de criar uma inovadora escola de direito para a Fundação Getúlio Vargas. Confesso que tinha o profundo desejo de que ele aceitasse, mas não tinha certeza de que iria conseguir, pois era mesmo pedir demais.

Bom, o projeto foi se desenvolvendo e fascinando todos nós de tal forma que, somada às suas qualidades pessoais, houve a atração pelo projeto que ele imaginara. Apenas dei a ideia. “Vamos fazer uma escola de direito?” Ele me perguntou como iria fazer isso. “Olha, me parece que em São Paulo ela deve ser voltada para o direito empresarial, ainda mais que essa é a sua área... Agora, o resto você imagina, pois eu sou analfabeto em direito.” Frente a isso, aceito o desafio, começamos a montagem. A primeira decisão foi trazer alguns MBAs de direito que existiam no Rio de Janeiro. Ele queria ver como funcionaria, foi a semente do GVlaw. Ary Oswaldo já tinha essa visão na época, levava nos como professor na EAESP, ensinando o

direito, mas agora estávamos falando de algo diferente. Não de ensinar direito para administradores, mas de ensinar direito para futuros advogados, juízes. A proposta era aquele novo patamar inovador, de um novo paradigma que eu intuía para a Fundação.

O esforço para o avião decolar

Em nossas conversas, descobrimos um ponto e uma perspectiva em comum – e acho que não cometo nenhuma inconflitância se contar. Achávamos que havia algo que deveria ser mudado. O excesso de escolástica, de dialética, de falta de objetividade no ensino do direito deveria dar margem a que aulas expositivas fossem substituídas por um estudo científico, resultado de boa

Sou acusado na Fundação de ser um eterno insatisfeito, mas no caso da Escola de Direito de São Paulo posso dizer que estou muito satisfeito

prática de pesquisa – o ensino deveria ser resultado de pesquisa. Que antes de começar o curso era preciso reunir meia dúzia de professores e preparar com eles uma nova metodologia. Não se tratava de dizer: “Entra aí e dá uma aula de direito civil”. Deveríamos construir um material e uma visão do curso. E foi assim que de fato começamos. Alguns anos antes de abrir o curso de graduação, investiu-se na criação do padrão e da metodologia do curso. Primeiro na seleção do corpo docente – com padrões até então não empregados, com exigência de dedicação em tempo integral, de formação específica. Selecionamos um grupo excelente, de primeiríssima qualidade, e o projeto foi andando. Nos primeiros dois ou três anos o que se fazia era criar material, fazer pesquisa, participar de workshop. Essas coisas são lentas para decolar. Quando a gente vê

o avião voando lá em cima, pensa que é tudo fácil. Não é! Isso custou esforço e sobretudo muita condução do professor Ary Oswaldo. Acho que ele gostaria que eu dissesse, e acho justo dizer, que ele foi acompanhado nessa tarefa por duas pessoas excepcionais. Uma é o professor Paulo Goldschmidt, fazendo a amarração orçamentária, econômica e burocrática. Homem também egresso da EAESP, tem muito senso prático. O outro é o homem da Fundação Getúlio Vargas, um homem raro, o professor Antonio Angarita dispensa qualquer apresentação para quem conhece a história da EAESP e a história da vida política de São Paulo nos últimos 30 anos. Ele entrou como uma figura do *consigliere*, com o seu bom senso e prática de vida e sua experiência de deixar os assuntos decantarem antes de tomar decisões precipitadas. Isso ajudou muito nas conversas com os novos professores. E conversar significa ir doutrinando, preparando, ir fazendo. E esse time embrionário foi crescendo, o projeto se definindo e hoje acabamos de formar a primeira turma.

Sou acusado na Fundação de ser um eterno insatisfeito, mas no caso da Escola de Direito de São Paulo posso dizer que estou muito satisfeito. É óbvio que estamos em um processo de criação e o processo é dinâmico, mas diria que está muito bem implantado. Há no horizonte um curso de doutorado, isso é parte de um processo que amadurece. Uma escola não se cria em cinco minutos nem em cinco anos. É algo demorado, tem que decantar, há a necessidade de criar um espírito, uma visão partilhada pelos professores. Eles entraram jovens, alguns já têm anos de escola, tem que deixar a pessoa ir amadurecendo. A escola precisa ser uma espécie de segunda casa para eles. Isso é um movimento natural e leva tempo, e no Brasil não existe essa tradição, mais restrita a poucas áreas das ciências exatas, de a pesquisa de ponta ser transformada em ensino e ir decantando para a graduação. O normal é adotar alguns livros importados, ou livros produzidos às pressas, colocar um sujeito duas horas dando aula e, quando termina a última frase que escreve no quadro, o giz cai e ele sai correndo para não ter de responder a nenhuma dúvida. Na escola é diferente,

os professores estão lá, o aluno tem acesso e é estimulado a perguntar e a pensar.

Estou certo de que todos os objetivos que desenhamos no início foram mais do que atingidos. Aperfeiçoamos esses objetivos que foram atingidos e criamos novos objetivos – e os estamos perseguindo. Estou extremamente satisfeito e o Conselho Diretor da Fundação também. Numa visão de futuro, queremos é aumentar os desafios e a busca. Se pensarmos que o melhor para o Brasil é ser um país democrático, exercitando sua capacidade plena de desenvolvimento, então precisamos de boas escolas de direito, que estudem os problemas nacionais a fundo. Problemas que existem hoje e aqui. Não quero saber dos que existiram na Roma da Antiguidade ou na França de 1789. Sem esquecer essas experiências, é preciso entender as questões que existem hoje aqui. E não interessa saber disso na base do achômetro, mas da realidade traduzida em números, das leis adequadas para encaminhar soluções, suas implicações e conseqüências. Temos de pensar tudo isso, com propostas eficazes. Sou engenheiro treinado, tenho doutorado em economia, e às vezes leio discussões nos jornais e vejo debates na TV em que as pessoas supõem que com apenas uma decisão ministerial tudo se resolverá. Não resolve. É uma cultura que precisa ser mudada, um mecanismo de interação que precisa ser redesenhado.

A vocação da Escola de Direito de São Paulo

Não restringimos nenhuma de nossas escolas a pensar em uma direção. É óbvio que a Escola de Direito de Rio tem a sua vocação e a de São Paulo tem outra, até por estarem em cidades diferentemente vocacionadas acabam se desenvolvendo de diferentes formas. Cada lugar tem um tipo de demanda. Existem também diferentes matizes entre os professores. Não digo que a escola de São Paulo é apenas voltada para o direito empresarial. Basta olhar as listas de suas pesquisas e a gente constata que não é. O excelente ICJ-Índice de Confiança na Justiça é bom exemplo do que digo. Um investimento da fundação numa pesquisa que não tem parceiros e talvez nem deva ter, pois aprendemos a gerar recursos. Nossos cursos

de graduação, parte deles é deficitária e temos de nos virar para criar outras fontes de sustentação. A Fundação tem de cuidar de sua sustentação, mas não é instituição com fins lucrativos, não paga dividendos.

Quando ao projeto de novos cursos, espero que novas sementes vicejem. O Rio tem uma experiência estimulante que é o curso de ciências sociais. Em São Paulo pode caber bem um curso de ciência política. Seria uma ampliação do modo como a Fundação cumpre a sua missão, a de criar uma elite, e isso não quer dizer só gente formada em administração, economia e direito. Quer dizer mais. É preciso gente boa em cada uma dessas áreas, mas há mais áreas que são afins e em que teremos de

Fiquei parado, olhando aquilo tudo e pensei: “O homem que manda nesse negócio todo deve ser muito poderoso!” Hoje sei que me enganei!

atuar, se os bons ventos continuarem a nos favorecer... Não é que tenhamos a “estrela dos bons ventos”, digamos que a gente assopra na direção correta [risos]. Se os bons ventos continuarem, se nos dedicarmos e tivermos energia e se encontrarmos pessoas no matiz correto. É difícil formar um docente, leva anos, mas por outro, agora mesmo irei entregar uma medalha a um professor emérito que completa cinquenta anos de casa, o Luiz Carlos Bresser-Pereira.

Presidir é estar a serviço

Para fechar quero contar uma história. Eu frequentei a Fundação ainda pequeno, com 2, 3 anos de idade, pois tinha familiares relacionados com a fundação. Depois, quando jovem, quase não tive nenhum contato, embora o Eugênio Gudín, o grande cérebro por trás da Fundação, fosse primo-irmão do

meu avô, tivesse sido vice-presidente, e meu tio, Mario Henrique Simonsen, fosse professor. Mas lembro-me de um dia, eu tinha 18 anos e acabou de sair do Colégio Santo Inácio, havia ingressado no curso de engenharia da Ilha do Fundão (UFRJ) e um grande amigo do colégio fazia administração na Getúlio Vargas. E ele disse: “Quero passar lá e ver minhas notas”. Fui com ele ao prédio da FGV, aquele edifício enorme em Botafogo. Entrei e quando saímos do elevador... eram uns corredores muito compridos. E as notas estavam fixadas numa parede junto a uma sala. Fiquei parado, olhando aquilo tudo e pensei: “O homem que manda nesse negócio todo deve ser muito poderoso!” Entrei como professor em 1986, cheguei à presidência e descobri, ao longo do tempo, que o homem que manda na Fundação não é nada poderoso [risos]. É um sofredor que fica procurando estar a serviço dos outros o tempo inteiro. Se quiser ser um bom presidente vai se afligir, não com as coisas que dão errado, mas para as coisas não darem errado. Como dizia o Churchill, terminada a Segunda Guerra Mundial, as coisas que mais o tinham afligido eram as que não tinham acontecido [risos]. Então nesse negócio do desenvolvimento de nossas escolas, devo dizer, aqui, para terminar, sobre a minha gratidão ao professor Ary Oswaldo Mattos Filho. A criação da escola foi um processo em que quase não tive problemas. Estive diversas vezes para participar de discussão sobre o tema, sobre o foco, mas os problemas foram sendo resolvidos devido ao bom planejamento que ele imprimiu ao processo. Gostaria de enfatizar esse ponto. ▀

Carlos Ivan Simonsen Leal é formado em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1980) e em Economia Matemática pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada (1982). cursou o Doutorado da Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da Fundação Getúlio Vargas (1980-2) e obteve o título de doutor em economia pela Universidade de Princeton (EUA), em 1986, ano em que ingressou na Fundação Getúlio Vargas. Este depoimento é um condensado da entrevista concedida a Carlos Costa.